

Direitos Humanos em Cuba

Miguel Brito e Abreu*

Os julgamentos que decorrem actualmente em Cuba são a mais recente evolução de uma intensa onda de repressão que teve início a 18 de Março, com a detenção de 80 dissidentes do regime de Havana. As severas medidas tomadas pelo regime surgiram, curiosamente, um dia após a reunião da Comissão das Nações Unidas para os Direitos Humanos ter condenado, pela décima vez em 11 anos, as violações de direitos humanos em Cuba.

A aplicação sumária e a falta de independência dos julgamentos em curso parecem ter sido o elemento que detonou a atenção por parte da comunidade internacional para mais uma "crise de Cuba". Com base na Lei de Protecção da Independência Nacional e Economia de Cuba, Lei 88, a Justiça de Havana prepara-se para aplicar, aos dissidentes acusados de conspiração, penas que podem ir até 20 anos de prisão. Segundo alguns analistas, existem fortes indicadores de

que a atitude do governo cubano mais não é que uma repressão contra aqueles que têm procurado abalar a sua autoridade. A este respeito, convém recordar o Prémio Sakharov 2002, atribuído, em Dezembro último, a Oswaldo Payá Sardiñas (na foto), um activista dos direitos humanos que dirige o Projecto Varela, uma petição para referendar a reforma legislativa em Cuba, no sentido de uma melhor defesa das liberdades políticas e económicas. De acordo com elementos do Projecto Varela, alguns dos quais vítimas da recente vaga de repressão, o projecto havia já conseguido reunir as 10.000 assinaturas exigidas pela constituição para a organização do referendo.

Outro elemento que parece causar incómodo ao governo cubano é o comportamento do encarregado de Negócios dos EUA em Havana, James Cason. Numa atitude que as autoridades cubanas vêem como provocatória, James Cason tem assistido a várias reuniões de dissidentes tendo, inclusivamente, acolhido na sua residência oficial uma reunião de jornalistas dissidentes.

Têm surgido, um pouco por toda a parte, reacções condenando esta nova crise dos direitos humanos em Cuba. Nas Nações Unidas, após o início das perseguições, a Comissão dos Direitos Humanos fez aprovar uma resolução, a 17 de Abril, onde instou o governo de Cuba a receber os seus enviados.

* IEEI

A recusa de Havana foi peremptória, acusando a resolução de tratar-se de mais uma manobra dirigida pelos EUA para sabotar o comunismo em Cuba e justificar as sanções económicas impostas pelo vizinho americano.

Também as organizações de defesa dos direitos humanos, como a Amnistia Internacional e a *Human Rights Watch*, condenaram aquela que consideram ser a maior onda repressiva do governo cubano das últimas décadas. A este respeito, a Amnistia Internacional alerta para o facto de Cuba estar a

violar os direitos à liberdade de expressão e associação e reclama liberdade imediata e incondicional de todos os "prisioneiros de consciência". A Amnistia Internacional faz também um apelo para que o Governo de Fidel Castro proceda com urgência a uma reforma da legislação, que considera ser, no seu estado actual, uma clara afronta ao livre exercício dos direitos fundamentais.



Do lado da União Europeia, parece existir algum cuidado relativamente à questão cubana. Neste sentido, a presidência do Conselho declarou, a 26 de Março, que, "*violações de direitos civis e políticos fundamentais serão seguidas de perto pela União Europeia e continuarão a influenciar a relação da união com Cuba*". Estas declarações surgem pouco depois de, a 10 de Março, a UE ter aberto a sua primeira representação diplomática em Havana e ter felicitado o Estado Cubano pela sua decisão de aderir ao Acordo de Cotonou. O Parlamento Europeu, por seu lado, juntou-se às críticas contra o regime de Havana e lançou um apelo para a libertação imediata dos dissidentes.

Por fim, vários escritores, artistas e académicos, um pouco por toda a parte, assinaram uma carta condenando a vaga de detensões e exigindo o fim da repressão contra a oposição pacífica em Cuba.

Paralelamente à crise dos dissidentes, o mês de Abril foi também marcado pela tentativa de sequestro e desvio de uma embarcação para os EUA. Em questão de poucos dias, as autoridades cubanas detiveram, julgaram, condenaram e executaram, de forma sumária, os três elementos que tentaram sequestrar a "Lancha de Regla", uma embarcação que atravessa habitualmente a Baía de Havana. Foi a primeira vez em quatro anos que se aplicou a pena de morte na ilha. Calcula-se que, desde a subida ao poder de Fidel, em 1959, tenham já sido executados, por fuzilamento, perto de 12.000 cubanos.